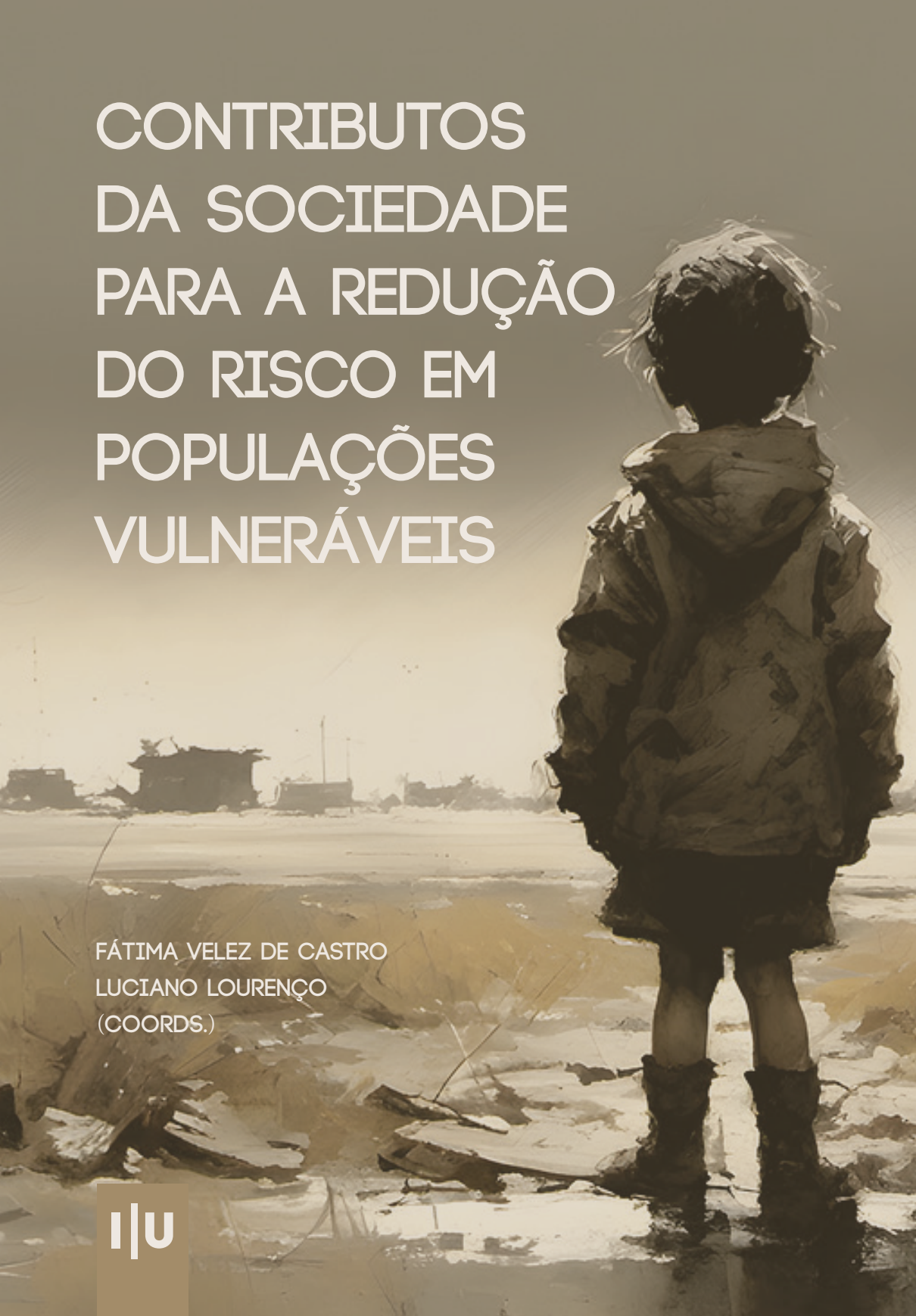


# CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A child, seen from behind, stands in a desolate, debris-strewn landscape. The child is wearing a heavy, quilted jacket and dark boots. The ground is covered in mud and scattered pieces of wood and plastic. In the background, there are several small, dilapidated structures, possibly makeshift dwellings or shacks, under a hazy, overcast sky. The overall color palette is muted, with shades of brown, grey, and beige, conveying a sense of hardship and vulnerability.

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO  
LUCIANO LOURENÇO  
(COORDS.)



*RISCOS*  
E C A T Á S T R O F E S

||U

## ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes

Estudos Cindínicos

### ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra

### DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra

### DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira

Universidade de Coimbra

Universidade do Minho

### ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix

Universidade de Coimbra

### COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos

Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida

Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós

Universidade do Porto

Felícia Fonseca

Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins

Universidade do Algarve

Helena Fernandez

Universidade do Algarve

Humberto Varum

Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo

Universidade de Coimbra

Maria José Roxo

Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia

Universidade de Aveiro

Miguel Castro

Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa

Universidade de Coimbra

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo

Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro

University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega

Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo

Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín

Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno

Universidad Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto

Universidad do Chile

Mohammed El-Fengour

University of Rabat, Marrocos

Monserrat Díaz-Raviña

Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez

Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa

Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta

Universidad Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña

Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret

Université Paris X, França

# CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO  
LUCIANO LOURENÇO  
(COORDS.)



**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

Imagem de Chil Vera por Pixabay

**PRÉ-IMPRESSÃO**

Fernando Félix

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

KDP

**ISBN**

978-989-26-2545-4

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2546-1

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2546-1>

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>Conflito e pobreza: que relação?</b> Maria Clara Oliveira .....	13
<b>Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos</b> Júlia Boelter Nickel e Lindberg Nascimento Júnior .....	33
<b>Perfil de populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</b> Leandro Torres Di Gregorio e Carlos Alberto Pereira Soares .....	55
<b>Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina</b> Besalú Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia E. Natenzon .....	77
<b>Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez</b> Glória Gonçalves e Maria Augusta Fernandez Moreno .....	117
<b>Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência?</b> Norma Valêncio .....	137
<b>Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal)</b> Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata .....	163
<b>Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia</b> Miguel Silva Graça .....	189
<b>Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa</b> Luis Mendes .....	215
<b>Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia</b> Olga Lissette Sierra Bonilla e Yolanda Teresa Hernández Peña .....	247

## SUMÁRIO

<b>Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes</b> Adriana Soares Dutra e Juliana Thimóteo Nazareno Mendes .....	261
<b>Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondonia. Entre a marginalidade e a integração social</b> Maria Madalena Ferreira, Monica G. Monteiro Feitosa e Lúcio Cunha .....	285
<b>Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem-terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil</b> Rosemeire Aparecida Scopinho e Thainara Granero de Melo .....	303
<b>Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero</b> Reginaldo José de Souza, Eliezer Bosa e Nubia Steffanea Alves Lemos .....	328
<b>CONCLUSÃO .....</b>	351



## PREFÁCIO

Como é sabido, as populações mais vulneráveis são sempre as mais afetadas, quando qualquer tipo de risco se manifesta.

Ora, até aqui não há nada de novo, pois todos sabemos bem que a penúria económica leva a que determinadas populações se instalem em locais menos favoráveis a essa instalação e, por conseguinte, sendo mais desfavorecidos, tornam-se mais suscetíveis às consequências das plenas manifestações de riscos, quer estas tenham origem em fenómenos da natureza, quer a sua génese seja, direta ou indiretamente, provocada pelo ser humano, isto é, de causa antrópica.

Deste modo, tanto a sociedade como, em particular, o poder político têm obrigação de contribuir para a redução dos vários tipos de riscos que podem atingir as populações, especialmente as mais vulneráveis.

Esta obra, ao dedicar-se ao tema, deve ser entendida como um produto da sociedade do conhecimento que, através da exemplificação de casos práticos estudados pelos autores, visa colaborar nesta difícil tarefa da redução do risco.

O livro começa por apresentar quatro textos, que servem de enquadramento ao problema, para, depois, dar conta de dez situações concretas, pois nada melhor do que percorrer o território para verificar como as manifestações dos riscos se materializam e nele observar como as populações mais vulneráveis são as mais atingidas pela manifestação de riscos.

Os dez exemplos destas diferentes situações ajudam a compreender não só como a vulnerabilidade faz parte do risco, mas também, e sobretudo, como a chamada vulnerabilidade social, que deveríamos chamar antes de fragilidade social ou, porventura, de sensibilidade social, por corresponder às características intrínsecas dos elementos que constituem uma determinada sociedade, faz ampliar as consequências da manifestação do risco, ou seja, os danos causados pela exposição a um determinado processo, seja ele de natureza física ou humana.

Com efeito, só conhecendo os riscos os poderemos prevenir, evitando a sua manifestação, quando possível, e, quanto tal não é possível, reduzindo a extensão dos danos, isto é, dos efeitos nocivos que a manifestação de um qualquer processo pode provocar.

Não tendo dúvidas de que este volume da série Riscos e Catástrofes contribui para aumentar o conhecimento da sociedade sobre a manifestação de alguns riscos, estou também certo de que aumentará o conhecimento da sociedade sobre a redução do risco e, desta forma, será outro dos possíveis contributos da sociedade para a redução do risco em populações vulneráveis.

Goulinho, 18 de novembro de 2023

Luciano Lourenço

## INTRODUÇÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)

Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo

ORCID: 0000-0003-3927-0748      velezcastro@fl.uc.pt

Em 2019, a RISCOS deu à estampa o volume “*Catástrofes Antrópicas. Uma Aproximação Integral*”, coordenado por Luciano Lourenço e Fátima Velez de Castro. Na altura, constatava-se que havia necessidade de se produzir uma obra onde fossem sistematizadas dimensões particulares de fenómenos cindínicos no âmbito tecnológico e social, cuja produção e divulgação científica vinha decorrendo de forma dispersa. Numa lógica interdisciplinar, reuniu-se um conjunto de estudos de autoras e autores de diversas áreas científicas, cujas visões epistemológicas e metodológicas diferenciadas, permitiram dar pistas para linhas investigação futuras.

Tal ponto de partida deu origem a este livro, que agora se publica, e que se foca sobretudo na diversidade e complexidade contextual dos riscos sociais, apresentando, como o próprio título indica, “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”. São catorze capítulos sobre temas diversos, onde se reflete sobre casos concretos de populações em risco, adstritas a territórios com fragilidades estruturais.

A obra inicia-se com o capítulo “*Conflito e pobreza: que relação?*” e Maria Clara Oliveira, onde se discute o nexos que se estabelece entre pobreza e conflito. A autora sistematiza o debate em torno das consequências dos conflitos armados na pobreza, examinando esta relação do ponto de vista institucional, a nível microeconómico e também a nível sistémico. Segue-se uma reflexão sobre “*Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos*”, da autoria Júlia Nickel e Lindberg Nascimento Júnio, que realizaram a análise da convergência entre os resultados de dois índices de vulnerabilidade social para o estado de Santa Catarina (Brasil), através de uma carta síntese em escala municipal. O resultado desta investigação apontou para a dificuldade de concordância, a qual revela insuficiência da utilização de índices isolados para o mapeamento dessas populações. Leandro Torres Di Gregório e Carlos Soares apresentam o “*Perfil de*

*populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro-Brasil*”, trabalho que tem como objetivo traçar um perfil das populações vulneráveis a catástrofes na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a partir da pesquisa de campo efetuada com desabrigados no município de São José do Vale do Rio Preto, após o desastre de 2011, o terceiro maior do Brasil em número de mortes. No capítulo seguinte, intitulado “*Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina*”, escrito por Aurora Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia Natenzon, é trazido ao debate o tema das alterações climáticas, confrontando-se as dinâmicas ambientais com os dispositivos que os seres humanos utilizam para planejar e ordenar o mundo social. O uso de leis e de regulamentos nem sempre vai ao encontro das necessidades das populações mais vulneráveis, o que acaba por gerar situações de conflito. Já Glória Gonçalves e Maria Augusta Moreno apresentam “*Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez*”. As autoras fazem a identificação geográfica dos centroides das cheias, a partir da localização geográfica de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioambiental, levando-as a propor elementos mais precisos para a definição de apólices mais justas, quer para as seguradoras, quer para os grupos populacionais em perigo. Segue-se o trabalho “*Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência?*” da autoria de Norma Valêncio, que discorre sobre a definição de “catástrofe”, a qual pode apresentar uma conotação ambígua, uma vez que, concomitantemente, denota uma variação entre rutura e continuidade. Partindo do debate sociológico recente sobre essas duas facetas das catástrofes, a autora faz uma reflexão para o caso brasileiro. “*Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal)*” é o capítulo apresentado por Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata. As autoras propõem-se discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em conseqüências inesperadas, decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de 2017, na Pampilhosa da Serra, Portugal. Pretende-se compreender os mecanismos do medo, do stress pós-traumático e do apego das populações afetadas, e de como tal se reflete na relação com o território, com o propósito de abrir caminhos para a compreensão deste tipo de

fenómenos cindínicos, do ponto de vista social, com vista ao desenvolvimento de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe, nas comunidades afetadas. Miguel Silva Graça apresenta o trabalho *“Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia”*, onde o autor defende que no campo da participação cidadã, o “Orçamento Participativo” tem vindo a conquistar uma posição de referência mundial nos últimos 30 anos. Todavia, a emergência sanitária causada pela doença COVID-19, teve uma repercussão gigantesca nos processos participativos, e especialmente aqueles que dependem de interações presenciais, causando impactos negativos no acesso às pessoas mais desfavorecidas, vulneráveis ou sub-representadas. Portugal não foi exceção e, neste capítulo, o autor faz uma reflexão sobre o fenómeno. Também à escala nacional, Luis Mendes discute o tema da *“Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa”*, tendo em conta o fato da cidade de Lisboa, de 2009 e 2019, ter vivido um pico de projeção internacional enquanto destino turístico, ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação atraiu dinâmicas globais de procura e de investimento estrangeiro, que fomentou a gentrificação, turistificação e financeirização da habitação. Tal fato tem vindo a agudizar o processo de despovoamento do centro histórico, colocando em risco a sustentabilidade social deste território. Já no caso da América Latina, Olga Bonilla e Yolanda Peña são as autoras de *“Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia”*. Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a dimensão histórica da vulnerabilidade na interseccionalidade das mulheres afro na Colômbia, contribuindo para a discussão atual sobre a construção de territórios e grupos sociais com poucas capacidades para enfrentar os desafios de um mundo em mudança. *“Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes”*, é o trabalho de Adriana Dutra e Juliana Mendes, onde são apresentados elementos relativos à perceção de riscos e de catástrofes relacionados com a água, assim como formas de enfrentamento adotadas por moradores de Campos dos Goytacazes, Brasil. Segue-se o capítulo *“Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondônia. Entre a marginalidade e a integração social”*, de Maria Madalena Ferreira, Mónica Feitosa e Lúcio Cunha. Os autores

procuram demonstrar os resultados de pesquisas sobre “catadores e catadoras” realizadas em Porto Velho, Rondônia. O exercício da função destas pessoas é permeado de conflitos interpessoais, exclusão socioeconômica, discriminação junto das comunidades onde realizam a coleta diária, pelo que é defendido o acesso aos benefícios e políticas públicas inclusivas. Rosemeire Scopinho e Thainara Melo apresentam o trabalho “*Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil*”, onde refletem sobre a questão social dos trabalhadores rurais das agroindústrias canavieiras, uma das mais importantes na produção de commodities, nomeadamente sobre a trajetória social dessa população, em busca de melhores condições de vida. Entre ganhos e perdas, permanecem os riscos e a insegurança sobre a posse da terra e a vulnerabilidade social. A obra termina com o capítulo de Reginaldo Souza, Eliezer Bosa e Nubia Lemos, intitulado “*Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero*”, o qual tem como objetivo analisar, a partir dos traumas psicológicos e paisagísticos, uma tragédia ocorrida no município brasileiro de Brumadinho, estado de Minas Gerais. Os autores problematizam os impactos psicológicos de quem sobreviveu, o que pode ser algo a ser considerado nas análises geográficas sobre a transformação ou produção do espaço, como mercadoria na economia atual.

Esperamos que a leitura deste livro possa contribuir para o debate temático de contextos de risco de populações vulneráveis, abrindo caminho para a construção de territórios mais seguros.

**CATÁSTROFES NO BRASIL:  
PONTO DE RUPTURA OU DE CULMINÂNCIA DA  
PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA INEXISTÊNCIA?  
DISASTERS IN BRAZIL:  
BREAKING POINT OR CULMINATION OF THE  
SOCIO-SPATIAL PRODUCTION OF NON-EXISTENCE?**

**Norma Valencio**

Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (Brasil)  
Departamento de Ciências Ambientais  
ORCID: 0000-0003-1855-3458    norma.valencio@ufscar.br

**Sumário:** Na literatura sociológica, convencionou-se definir as catástrofes como sendo um ponto de ruptura – dramático, excepcional, involuntário e inesperado – na dinâmica da vida cotidiana de um dado grupo social decorrente de uma substantiva desorganização havida em seu espaço de inserção e/ou convivência. Contudo, para aqueles segmentos da sociedade cuja vida transcorre como um processo persistente de desfiliação social, as catástrofes podem apresentar uma conotação ambígua, uma vez que concomitantemente denotam ruptura e continuidade. Elas são um ponto de fratura existencial e, ao mesmo tempo, um ponto culminante de uma dinâmica socioespacial desumanizadora. Partindo do debate sociológico recente sobre essas duas facetas das catástrofes, esse estudo busca entretecê-las desde o caso brasileiro.

**Palavras-chave:** Catástrofe, crises, vulnerabilidade, responsabilidade, Brasil.

**Abstract:** The convention in sociological literature is to define disasters as a breaking point – dramatic, exceptional, accidental, and unexpected – in the dynamics of the daily life of a given social group caused by a substantive disorganization that takes place in their space of inclusion and/or coexistence. However, for those segments of society whose life is experienced as a persistent process of social disaffiliation, disasters can present an ambiguous connotation, since they simultaneously denote breach and continuity. They are an existential fracture point and, at the same time, a culmination of a dehumanizing socio-spatial dynamic. Starting from the recent sociological debate on these two facets of disasters, this study seeks to intertwine them from the Brazilian example.

**Keywords:** Disaster, crises, vulnerability, accountability, Brazil.

## Introdução

Nas últimas décadas, propagaram-se crises multiníveis, multiformes e entremeadas umas nas outras enquanto as estruturas e dinâmicas institucionais públicas mantiveram-se pouco flexíveis, resistentes a inovações, com baixa articulação intersetorial e controladas por interesses cada vez mais particularizados. Talvez, não se trate apenas de um lamentável desencontro entre a complexidade dos desafios concretos e a tacanhez da mentalidade que comanda a gestão pública em vários cantos do globo. Tudo indica a existência de nexos causais entre o uso instrumental e agressivo do aparato público por grandes forças econômicas, sob a sombra e conivência dos mandatários, e o assoberbamento das crises que o presente século vivencia (Bauman e Bordoni, 2016). Uma vez que disso venha resultando o incremento de um processo transescalar de desfiliação social, não resta senão aos desfiliaados tecerem, de imediato, suas próprias redes, embora frágeis, de amparo mútuo (Das e Poole, 2008) enquanto sua experiência vai buscando meios de reelaboração coletiva para construção de novas estratégias de resistência (Touraine, 2011).



Contudo, esse é um caminho inerentemente penoso e há dificuldades adicionais para trilhá-lo, por três aspectos. O primeiro, porque crises que escalam propendem a justificar centralismos decisórios, que são os escudos políticos de governantes acovardados, contexto este que desacredita as instituições públicas (Acemoglu e Robinson, 2012) e instabiliza os compromissos progressos destas com as garantias constitucionais de direitos humanos daquela sociedade, sendo a militarização dos espaços institucionais dantes civis um forte indicativo do esgarçamento da cidadania naquele contexto. O segundo, porque crises avultadas fazem com que os cenários outrora desenhados para subsidiar o planejamento de políticas públicas, baseados em variáveis cuja trajetória prevista era consistente, desmoronem; instaura-se, em seu lugar, um ambiente de incertezas quanto ao futuro próximo e distante e no qual os jogos especulativos do mercado e a gestão temerária das contas públicas em prol de setores dominantes e da corrupção tomam precedência ao anteparo aos segmentos sociais fragilizados, senão mesmo ampliando-se a violência física e simbólica contra estes (Chayes, 2015). O último, porque a cada crise que os desfilados enfrentam no uso de seus próprios recursos, suas descompensações materiais, territoriais, simbólicas e psicossociais não são repostas a contento pelos mecanismos institucionais públicos, de modo que o aviltamento sistemático sofrido leva a que se esgotem os seus estoques de esperança na materialização de uma vida digna.

Enfim, se as crises contemporâneas estão sempre a explicitar os nexos entre privilégios e desassistências sociais, elas podem ser consideradas como mecanismos daquilo que Sousa Santos (2003) definiu como sendo a produção social da inexistência, ao que acrescentamos a dimensão espacial para fazer caber a componente ambiental, sendo as catástrofes um dos tipos de crises agudas que mais aceleram e intensificam tal processo de esvaziamento existencial. Ademais, catástrofes podem ser entendidas tanto como efeito colateral quanto indutoras de outras crises agudas ou mesmo crônicas. Vai daí, a possibilidade de interpretá-las sob ambos os enfoques, a saber, como um ponto de ruptura nas rotinas de uma dada coletividade, produzindo desfechos inimaginavelmente lastimosos, e simultaneamente como um ponto de culminância de uma olvidada insustentabilidade sociotécnica, sociopolítica ou socioambiental. Assim, o objetivo deste ensaio foi o de apresentar uma perspectiva eminentemente sociológica referente aos mencionados enfoques tendo como referência o caso brasileiro.

Muito apraz que perspectivas sociológicas sobre catástrofes, como é o propósito do presente texto, pudessem ter sido consideradas nesta oportuna obra, voltada à oferta de contributos para a redução do risco em populações vulneráveis. A predisposição científica dialógica que, desde sempre, é encontrada no campo da geografia, donde provém esta meritória iniciativa de congregação de reflexões no referido tema, é igualmente constatável no campo sociológico, habituado a tessituras analíticas interdisciplinares no assunto em tela.

No presente ensaio, a mirada sociológica se vê impregnada de achados conceituais e analíticos provindos de campos disciplinares próximos, na tentativa de apontar uma compreensão das catástrofes, a um só tempo, como ponto de ruptura na vida cotidiana e como ponto de culminância de um processo regular de corrosão social. Ter-se-á como referência o caso brasileiro, devido a este ter adquirido certa relevância no tema com ampliação do número de ocorrências nos últimos anos. Ao propor pistas interpretativas sucintas, desde uma sociologia crítica e dialógica, para examinar a dinâmica de catástrofes no referido país, o presente texto visa convocar os pares a se lançarem a estudos futuros de aprofundamento analítico acerca dos principais obstáculos a serem transpostos para estancar o processo de vulnerabilização que, no referido contexto nacional, vem sendo diuturnamente incrementado, resultando numa massiva produção socioespacial da inexistência. Processo de vulnerabilização é termo cunhado por Acselrad (2006) para expressar relações de poder perversas, sobretudo as de carácter económico e político, baseadas em modos incivilizados de submeter àqueles que se situam na base da pirâmide social, destituindo-lhes de quaisquer possibilidades de encontrar, em sua interlocução com os agentes do Estado ou com os agentes económicos privados, um ancoradouro para restituição de sua dignidade humana. Essa brutalização das relações sociais no contexto brasileiro, sejam elas de carácter intersubjetivo como no âmbito do atendimento institucional, vem preocupantemente se naturalizando, resultando na morte social dos que são nelas subjugados. Deste modo, passa-se a apontar para o quadro mais geral de referências conceituais no assunto para, em seguida, poder-se debruçar sobre aquilo que se esconde detrás das catástrofes no Brasil.

## Olhares humanísticos sobre catástrofes e demais crises com estas diluídas

No concernente ao campo da sociologia, desde os estudos pioneiros sobre catástrofes, como os de Sorokin (1942), Fritz (1961) e Quarantelli e Dynes (1970), tem sido esperado que as análises empreendidas problematizem a tessitura socioespacial do caso abordado. O ponto de partida sociológico a embasar tal aproximação interdisciplinar foi compreender as catástrofes, centralmente, como acontecimentos sociais nefastos decorrentes da manifestação de um dado evento físico, dos quais resultariam perturbações severas ou extremas nos fluxos regulares da vida social da localidade afetada (Quarantelli, 1998). Portanto, o campo sociológico compreendeu que, quanto maior fosse a densidade analítica concernente às características sociais dos partícipes, ao tipo de vínculo existente entre eles e deles com seu território, aos arranjos que tanto viabilizam quanto desorganizam a sua espacialidade bem como os significados atribuídos àquela experiência, mais clarificados estariam os elementos explicativos das diferentes gradações combativas coletivas perante o surgimento de uma catástrofe, fosse ela associada a um evento crítico natural, tecnológico, social ou misto. No avançar do debate, a explicação sociológica sobre o acontecer social definidor de uma catástrofe requereu que fossem, ainda, contempladas estratificações socioespaciais pertinentes à circunscrição perturbada, propiciando uma compreensão mais adequada da diversidade dos desafios experienciados por sub coletividades nestas circunstâncias adversas. A análise das regras instituídas pelos arranjos formais e informais, que balizam a convergência ou o desencontro entre os sentido de agência e a operatividade das instituições públicas, também ganha destaque no pensamento sociológico que bebe de outras fontes, como na do planejamento urbano e da ciência política, posto que estas colaboram no entendimento e no alcance destas relações para minorar ou majorar as crises (Bullard, 2006; Quarantelli, 2006; Valencio, 2012; Boin, Ekengren e Blondin, 2015; Jon e Purcell, 2018). O conjunto de elementos acima mencionados tem contribuído para aproximar substantivamente o olhar sociológico sobre catástrofes das análises oriundas de campos disciplinares atentos ao mesmo tema e com eles intentado estabelecer profícua dialogia. No referente à antropologia, a aproximação sociológica vem se estabelecendo através da valorização contínua de contributos

pregressos que remeteram à fusão entre a perspectiva situacional e processual na interpretação de catástrofes tais como em Douglas (1992, 1998), Das (1995) e Oliver-Smith (1998). Tal fusão auxilia a sociologia a compreender, dentre outros, como tais circunstâncias críticas não raramente advêm e se desenrolam no escopo de ações ou inações institucionais que precarizam a vida humana, agudizando a desumanização dos que já se encontram em relações de desfiliação social; deles, ora marginalizados, exigindo-se alternativamente a construção de estratégias de apoio mútuo para a garantia de sua sobrevivência (Das e Poole, 2008).

A partir destas e de tantas outras contribuições humanísticas, identifica-se a importância científica de se abordar um ou mais dos seis eixos abaixo elencados nos estudos sobre catástrofes, numa aproximação da abordagem sociológica com campos disciplinares vizinhos, como o da geografia, da economia, da ciência política, do serviço social, da psicologia social e da antropologia, dentre outros. São eles:

- *O eixo demográfico*, destacando certos aspectos da estratificação social da população do lugar analisado e os associando às dinâmicas organizativas territoriais ali desenroladas em tempos de normalidade e de crise. Isso pode contemplar desde o tamanho da população, a sua distribuição etária e socioeconômica, a dimensão de gênero e étnica, a evolução das taxas de natalidade e mortalidade, as condições de moradia e renda, a composição do grupo familiar e das redes de relações as quais seus membros pertençam, o conjunto das principais instituições públicas que ali se fazem presentes e a distribuição populacional no acesso aos equipamentos e serviços que às mesmas correspondam no âmbito escolar, de saúde, de lazer, religioso, de energia e saneamento, de comunicação e transportes, dentre outros;
- *O eixo econômico*, compreendendo o processo de constituição das finanças públicas e os critérios para o seu gerenciamento – desde as estratégias de captação de recursos aos investimentos feitos, adiados ou reorientados, assim como as transações correntes honradas ou postergadas – aquando dos tempos ordinários e naqueles considerados excepcionais. Este eixo trata, ainda, das eventuais oscilações ou alterações havidas na dinâmica da produção, distribuição e consumo de mercadorias, decorrentes de uma catástrofe, bem como das transformações no mercado de trabalho que disso venha a derivar;

- *O eixo socioassistencial*, identificando a sociabilidade cotidiana do grupo estudado e a que se estabelece em condições críticas, tanto no referente às práticas de coesão quanto aos gatilhos de conflitos entre os sujeitos conviventes e destes com as instituições implicadas na atuação preventiva, preparativa, mitigadora, de resposta e recuperativa frente às catástrofes. Isto é, analisando-se como os processos de interação social favorecem ou prejudicam as garantias de bem-estar coletivo, ou de subgrupos específicos;
- *O eixo político*, centrando-se nas racionalidades constitutivas das esferas de poder existentes, as quais hierarquizam as vinculações dos sujeitos entre si e destes com os sistemas de objetos e ambientais do lugar. Ou seja, observar os mecanismos que compõem os processos corriqueiros de empoderamento e assujeitamento assim como aqueles inusuais, os quais são acionados diante o vivenciamento coletivo de uma perturbação ambiental severa ou extrema. Neste eixo, tanto as pactuações sociais explícitas como as tácitas, havidas entre os sujeitos afetados e os sistemas de autoridade, quanto as contestações e demais indicativos de fricções entre os mesmos, são identificáveis pelo conjunto de dispositivos institucionais reafirmados ou reformulados;
- *O eixo psicossocial*, debruçando-se sobre as relações e dinâmicas do ambiente de convivência que provocam sofrimento social e psíquico corrente ou pontualmente no contexto catastrófico bem como a existência de políticas, estruturas e modos de funcionamento de instituições dedicadas ao atendimento em saúde mental em ambas as circunstâncias; por fim,
- *O eixo cultural*, abordando os repertórios de sentidos que os vários subgrupos sociais utilizam para interpretar as circunstâncias críticas e coletivamente estressantes por eles induzidas e/ou vivenciadas e que, então, respaldam as suas respectivas práticas no terreno.

É dizer, nos estudos de sociologia das catástrofes, é esperado travar-se uma aproximação e complementaridade com enfoques oriundos antropologia, da economia, da ciência política, como também em relação aos provenientes da administração pública, da arquitetura e do planejamento urbano, do serviço social, da psicologia social e da geografia. Tal expectativa se deve ao relativo consenso, na sociologia, de que a compreensão científica de fenômenos complexos, como as

catástrofes, perde muito em sua suficiência explicativa quando deixa escapar peças essenciais do quebra-cabeças socioambiental de que outros campos disciplinares participam. Ao prescindir-se do quadro de referências ofertado pelos campos de conhecimento acima mencionados, pálidos ou equivocados se tornam os subsídios à gestão pública em prol da resistência social ante tal tipo de crise.

Resistência é aqui conceito empregado distintamente ao de resiliência *stricto sensu*. Coaduna-se, mais propriamente, ao conceito de resiliência radical provindo da área de planejamento urbano (Jon e Purcell, 2018), o qual se refere a um processo coletivo a que se lança uma dada comunidade para, através do reconhecimento identitário próprio e da coesão de seus membros na reivindicação de garantia dos direitos da pessoa humana, parametrize a sua mobilização em prol da restauração do seu lugar involuntariamente desmantelado devido a catástrofes. Logo, o que torna radical esta resiliência não é unicamente a vivência – no mais das vezes, traumática – da fase aguda deste tipo de crise, mas, sobretudo, o exercício comunitário de reelaboração da experiência vivida por meio da consciência das raízes sociopolíticas, econômicas e culturais que resultaram em uma territorialização suscetível a graves perigos ambientais, de origem natural, tecnológica, social ou mistos. É trazendo essa perspectiva histórica do drama comum, que a comunidade chama para si a tarefa de articular-se, em seus próprios termos, com outros segmentos da sociedade, tais como assessorias científicas e técnicas, ongs, o voluntariado e afins. Ou seja, a comunidade passa a ser ativa na busca de auxílio qualificado, e manter o controle decisório sobre o processo coletivo de formulação de um planejamento espacial recuperativo condizente com suas aspirações, preferências e direitos territoriais e o qual, uma vez estruturado, reivindica que as ações governamentais estejam em consonância com estas diretrizes autodeterminadas (Jon e Purcell, 2018). Para além dos ganhos espaciais, que se refletem na melhoria das soluções de infraestrutura implantadas para eliminar ou atenuar perigos futuros similares bem como em mudanças atitudinais para evitá-los, a resiliência radical tem afinidade com a resiliência comunitária, referida por Castro e Lourenço (2017); mas, em certa medida, a ultrapassa quando se define pelos ganhos de cidadania provenientes da mobilização coletiva para constituir parcerias e estabelecer interlocuções mais simétricas com os agentes públicos os quais, até então, definiam o destino comunitário à revelia desta.

Entretanto, os tempos atuais seguem assaz desafiadores. Há crescente deterioração do ambiente democrático de convivência em muitas nações, favorecendo que mais incisivas medidas institucionais de desterritorialização dos empobrecidos e de minorias étnicas e religiosas sejam tomadas, levando-os a condições mais precárias e provisórias de abrigo e, por vezes, deixando-os ao relento, sem acolhida alguma, ao passo que as catástrofes e demais crises são contínuas e cada vez mais robustas. Essa conjunção de fatores tem resultado no incremento das perdas e danos coletivos dos segmentos em maior gradação de desfiliação social (Nixon, 2011); enquanto isso, são obstruídos os seus recursos de voz e minadas as suas possibilidades organizativas de resistência ou resiliência radical. Sem serem validados por interlocutores institucionais, que procuram mais razões para desqualificar as suas demandas e impossibilitar o seu atendimento regular ou emergencial do que para acolhê-los, os desfiliações sociais enfrentam a humilhante e dolorosa privação de seus mínimos vitais e sociais (Dutra, 2018). A isso se adiciona a imposição de um silenciamento, devido à intolerância difusa dos segmentos mais bem posicionados na estrutura social e a atuação das forças coercitivas para constrangê-los no que sobra de sua dignidade.

Abundam indicativos, em nível global e entre as nações de diferentes níveis de desenvolvimento humano, do descrédito da sociedade civil na efetividade da prática política para anteparar a sua cidadania. Despolitizados que, então, se tornam, os cidadãos abrem caminho para o surgimento e ascensão de lideranças populistas, menos preparadas para enfrentar os intrincados problemas mistos com os quais se deparam – ou mesmo, colaborando ativamente para multiplicá-los –, porém, mais motivadas para consolidar o ambiente de heteronomia social que beneficia seu projeto de poder e garante privilégios aos segmentos que as apoiam. Quanto menos interessadas as lideranças políticas estejam ao provimento de análises intersetoriais substantivas para balizar a sua tomada de decisão, em prol do bem maior da coletividade sob a sua jurisdição, maiores são as incertezas acerca dos resultados que possam vir a lograr ou dos efeitos colaterais provocados. O alto nível de incertezas quanto aos rumos da política internacional, da economia mundializada, dos influxos da poluição na alteração das dinâmicas ecossistêmicas é ampliado com os movimentos financeiros especulativos, que tornam voláteis os fluxos monetários e o controle estatal sobre grandes fortunas, repercutindo na instabilidade de postos de trabalho, no preço dos

bens essenciais, nas condições de moradia, na mudança de prioridades de anteparo estatal, tal como se viu na bolha especulativa de 2008 e cujos efeitos nefastos, em escala mundial, se fazem notar até os dias presentes (Touraine, 2012). De fato, no campo da história econômica e das catástrofes, Ferguson (2021) adverte que estamos a viver numa autêntica Era das Incertezas o que, há muito, outro eminente economista, Galbraith (1983), havia advertido. A novidade é que o primeiro deu maior ênfase às catástrofes de todos os tipos – daquelas relacionadas às grandes secas e epidemias às de natureza social, como as deflagradas pelas guerras – como expressão dos despreparos institucionais sistêmicos que usurpam do cidadão um horizonte auspicioso, enquanto o último demonstrou que os mecanismos institucionais de regulação econômica conseguem apenas em parte deter uma sucessão de instabilidades econômicas, deixando atrás de si passivos que, adiante, hão de cobrar o seu preço.

Em anos recentes, quaisquer que sejam as escalas de sua atuação, autoridades governamentais e técnicos da administração pública pautados por valores genuinamente democráticos estão tendo que lidar com o desafio de sopesar, com maior cuidado que o rotineiro, cada estratégia de que lancem mão para confrontar tal ou qual crise complexa, constituída do enovelamento de várias delas. A uma dada medida de enfrentamento que adotam, estão cientes de que riscos subestimados ou inéditos podem ali se ocultar. E assim permanecer, até que um evento gatilho os faça emergir abruptamente, provocando tamanhas surpresas que, sem o preparo devido de quem as devam refrear, oportuniza a transmutação a crise em algo inadmissível. As inéditas intersecções entre crises de diferentes naturezas, que são provocadas e/ou se difundem nas diferentes escalas da vida social, tornam-se objeto de constrangimento aos governos mais comprometidos com a proteção de seu povo, posto a ineficácia relativa ou total das medidas que as pretendam debelar. Na via oposta, governos incompetentes se escoram nessas crises para justificar seu mal desempenho e, assim, ofuscar as causas efetivas da sua má condução da coisa pública.

Crises que, outrora, eclodiam e eram geridas em circuitos institucionais setoriais específicos, manejadas a partir de um conjunto pretensamente bem elaborado de dispositivos regulares e/ou emergenciais, já não evoluem de um modo previsível. Ao contrário, ao fazerem inusitadas conexões entre os seus diferentes tipos, colocam em xeque a capacidade setorial de driblá-las. Porém, se esforços colaborativos



são exigidos para combater essas crises mistas, não poucas são as barreiras erigidas para bloqueá-los, tanto para o entrosamento intersetorial quanto para compor parcerias com setores da sociedade civil, em especial, com aqueles que representem os segmentos com maior nível de descompensações sociais. As barreiras típicas de uma cultura institucional compartimentalizada e modorrenta, apegada a preceitos anacrônicos e não afeita à diversidade e à participação social na construção da agenda de políticas públicas, são as que invalidam o outro por meio de obstáculos de comunicação tidos como intransponíveis (Valencio, 2015). Particularmente, no que se refere ao contexto de catástrofes iminentes, o qual exige tempestivas medidas de preparação, e seus desdobramentos deletérios sobre as várias dimensões da vida social – rotinas de trabalho e de ensino, possibilidades de vazão do tráfego rodoviário e da viabilidade de acesso de alimentos, serviços de distribuição água potável e energia e assim por diante – impõe-se a necessidade de superação de barreiras comunicativas entre os diferentes tipos de atores sociais envolvidos no cenário. Mas, não raro, a incompreensão imediata de jargões, gírias e dialetos próprios adotados por tais atores sociais, que demarcam competências técnicas e/ou comunidades com origens sociais distintas, se torna uma fronteira impeditiva para as urgentes trocas de conhecimentos e de experiências para confrontar os perigos prestes a se manifestar (Lindell e Perry, 2004). Ou seja, na perspectiva sociológica e de áreas afins, o tamanho da crise não se origina predominantemente da magnitude dos fenômenos ambientais a serem enfrentados, mas dos preceitos institucionais que dinamizam as relações entre o Estado e a sociedade, seja no sentido de ampliar ou de restringir o espaço político de inteligibilidade do problema e de compartilhamento dos meios para superá-lo. Se, porventura, o estranhamento mútuo se mantém incontornável, a soma de danos e perdas que disso resulta potencializa intolerâncias e, por sobre as catástrofes, incita crises políticas. Esforços conjuntos que são minados, para impor as noções de ordem social de setores dominantes, promovem desarticulações consideráveis entre providências públicas e destas com as demandas sociais. Ao fim e ao cabo, sai corroída a credibilidade da máquina pública perante o cidadão descompensado, o qual passa a enxergá-la, simultaneamente, como míope e aparvalhada, terreno fértil para ressentimentos e rancores coletivos passíveis de serem capitalizados por grupos políticos, emergentes e demagogos, em suas pretensões eleitorais.

Sendo o entremear, o espraiamento e o adensamento de crises heterogêneas a tendência do presente século (Bauman e Bordoni, 2016), a inexorabilidade da adoção de novas habilidades sociopolíticas para produzir novos compromissos socioeconômicos e ambientais se depara, desoladoramente, com a mencionada bifurcação de caminhos. De um lado, sociedades que não postergam o fomento de pactuações multi-atores e multiníveis para lidar com a tarefa de metamorfosear o mundo numa direção alternativa àquela dos processos disruptivos complexos, isto é, apontam para novas modalidades de inclusão social anticonsumistas, no estímulo à adoção de estilos de vida mais equânimes e frugais orientados para novas chaves de conhecimento, tecnologia e inovação ambientalmente sustentáveis e para uma gestão pública responsiva (Beck, 2018). De outro, a promoção e mistificação de lideranças políticas anacrônicas as quais, alheias à necessidade de se afrontar substancialmente crises transescalares e ao escasso o tempo para fazê-lo, as recrudescem, como se testemunha pelo perverso legado que estas têm deixado nos vários continentes e que ali não se restringem, esparramando-se para os demais, como é visto no recrudescimento da crise climática, da crise migratória, da crise política internacional, das bolhas financeiras sucessivas, das crises sanitárias, conjunto que mina os esforços de busca de sustentabilidade global a que se lançaram as lideranças mais consequentes. Esse quadro sociopolítico é o que reafirma triplamente as condições de aceleração da produção socioespacial da inexistência, dado que nele se integram a destruição ambiental e eliminação célere de condições propícias à vida humana, a ampliação do contingente de desfiliaados sociais e a desumanização institucional, que naturaliza a barbárie. Desafortunadamente, as forças sociais dominantes no Brasil levaram a nação a se inserir no referido quadro de um modo pouco auspicioso, como veremos a seguir.

### **Catástrofes no Brasil: ponto de ruptura ou ápice de desacertos sociopolíticos?**

Tanto na literatura científica quanto no imaginário social, catástrofes são consideradas como situações de alteração abrupta e indesejável no curso esperado dos acontecimentos do cotidiano (Quarantelli, 2006), o que, no geral, corresponde

às impressões daqueles que experienciam o elenco de adversidades inesperadas, involuntárias e multifacetadas que constitui essa indesejada circunstância. Todavia, há que se notar que eventuais critérios adotados por outrem – pela grande mídia, por atores técnicos e pelo voluntariado que adentram o cenário – acerca do recorte contextual podem conduzir a interpretações que não se coadunam, em parte ou no todo, com aquelas das que vivenciaram a situação, o que violenta moralmente as vítimas, viés ao qual a sociologia das catástrofes tem dedicado alguma atenção (Kasperson, 1988; Valencio & Valencio, 2018).

Um exemplo de antagonismos interpretativos se deu por ocasião da catástrofe relacionada ao colapso da barragem de rejeito de minérios denominada Fundão, ocorrida em novembro do ano de 2015 no município de Mariana, estado de Minas Gerais. Em documento oficial de tomada de providências, emitido pelo governo federal à época, denominou-se essa catástrofe como “desastre natural” e procurou-se de imediato atribuir a fatores naturais, como precipitações pluviométricas intensas ocorridas dias antes, aquele acontecimento trágico. Esta foi uma tentativa das autoridades governamentais de transmutar os responsáveis pela ocorrência e a planta da mineradora numa “primeira vítima” de circunstâncias alheias à sua vontade – isto é, de chuvas, as quais são incontroláveis –, dados os prejuízos materiais e econômicos havidos àquele empreendimento, impactando seus lucros e suas operações. Não fosse a congregação tempestiva de esforços de diversos atores para produzir outra interpretação acerca dos acontecimentos, a coisa teria ficado por isso mesmo, ainda mais num país, como o Brasil, no qual a impunidade é endêmica. Houve imediata mobilização comunitária, com destaque ao apoio da Cáritas Brasileira, seção de Mariana, no mapeamento expedito dos afetados diretos e indiretos; do Ministério Público, na elaboração de queixa-crime e de exigência de providências do grupo empresarial para amparar rapidamente as vítimas, reabilitando-as emergencialmente e se comprometendo com compensações materiais e financeiras mais permanentes; de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, para situar aquele acontecimento pontual num rol mais abrangente de conflitos socioambientais envolvendo aquele tipo de empreendimento, clarificando os grupos afetados sobre as lutas nacionais a se travar para reduzir tais riscos e, por fim, de parte da comunidade científica para produzir rápidas publicações sobre o assunto (Zhouri *et al.*, 2016; Milanez *et al.*, 2015).

Dito isso, convém destacar, ao menos, quatro das componentes essenciais para definir uma catástrofe como um ponto de ruptura na vida social e sob uma perspectiva sociológica, quais sejam: a subaneidade, a excepcionalidade, a tragicidade e a participação involuntária naquela ocorrência. É dizer: uma mudança repentina e adversa do ambiente foi constatada por dado grupo social, provocando nele uma quebra de expectativas de controle pleno sobre a sua integridade física, sobre o ritmo de sua vida cotidiana, sobre a posse e fruição dos artefatos de que estavam fazendo uso bem como sobre as alterações drásticas do território onde o mesmo se encontra; trata-se de algo que, além de desconcertante e perturbador, é de manifestação rara; tal perturbação desencadeia intenso e coletivo sofrimento humano, com diversas peculiaridades e gradações, envolvendo desde a integridade física às redes de relações, desde as posses materiais ao contexto ambiental da coletividade afetada, o que torna penosa a restauração das rotinas, como ainda irreparáveis algumas das perdas havidas; por fim, a deflagração do evento crítico não se deveu a quaisquer ações conscientes das vítimas. Sob a concepção de ruptura, uma catástrofe se caracteriza por uma soma de danos humanos, materiais e ambientais comprimidos numa crise aguda, o que desorganiza substantivamente a dinâmica socioespacial dos grupos afetados e, assim, revelando-se, para eles, como um caos. Caos é a ocorrência de imperceptíveis alterações num dado ambiente, produzidas por dada variável, mas cuja evolução desorganiza todo o sistema numa trajetória imprevisível (Grebogi e Yorke, 1997). Portanto, uma catástrofe pode ser considerada como um caos à medida em que for identificado, cronologicamente, como um irrisório ponto fora da curva do fluxo regular do cotidiano; porém, ponto este que evolui provocando mudanças imprevisas e indesejáveis no restante da trajetória do grupo focalizado. Por ser situação instável, a catástrofe amplia o elenco de angústias e incertezas dos segmentos sociais afetados uma vez aniquilados muitos dos recursos próprios com os quais estes contavam para garantir o fortalecimento de sua identidade, de sua dignidade e alguma solidez em seu futuro imediato e distante. E, ainda, catástrofes prestam-se a deflagrar a inexistência social e impossibilidade territorial de alguns grupos sociais os quais, até então, se entendiam incluídos na sociedade bem como a acelerar a inexistência social daqueles que seguiam, precedentemente, às margens da sociedade e do foco das políticas públicas.

No caso do Brasil, a demarcação das catástrofes como ponto de ruptura pode ser demonstrada pelas quatro componentes acima mencionadas, embora que de um modo enviesado. No referente à subtaneidade, a predominante mentalidade social brasileira, incluso a institucional pública, tem produzido narrativas e performances que aludem a um contínuo estado de surpresa quando estas ocorrem, embora muitas delas sejam recorrentes e sazonais. O que as faz surpreendentes, de fato, não é o inusitado do acontecimento trágico – posto que, não raro, estão a abater as mesmas comunidades, nos mesmos lugares, produzindo prejuízos e danos similares aos ocorridos anteriormente –, é o contínuo despreparo sociotécnico para evitá-las. Isto é, a cada acontecimento trágico, serem adotadas estratégias recuperativas, formais e informais, que retornam às mesmas configurações e rotinas socioespaciais que já haviam demonstrado suas suscetibilidades doutra feita. Nesse particular, as razões que podem ser mencionadas para esse sistemático despreparo são muitas. Vão desde o anacronismo da cultura institucional dos órgãos públicos que coordenam e operam nestes cenários, cuja racionalidade, preponderantemente militar e hierárquica, deslegitima quaisquer iniciativas de arranjos participativos genuínos pautados na concepção de resiliência radical, impedindo que estratégias inovadoras e auto-organizadas sejam apoiadas e postas em curso, até a descontinuidade da gestão pública no assunto, quando há alterações no organograma institucional, que deslocam as competências e atribuições de proteção civil para outros setores da máquina pública. Por exemplo, deslocando-as da pasta do gabinete do prefeito para um novo departamento da secretaria de agricultura ou um subsetor da segurança pública e assim por diante. A descontinuidade também ocorre quando há mudanças político-partidárias e ideológicas na transição de uma gestão pública federal, estadual ou municipal para outra, decorrente de resultados de um processo eleitoral. O grupo político concorrente que tenha saído vitorioso das urnas se depara, em seu início de mandato, com um ambiente de retaliação, encontrando uma máquina pública depauperada, que apaga o quanto possível os vestígios dos procedimentos adotados anteriormente, incluindo o inaccessível a manuais de capacitação e protocolos de atendimento, além de veículos e equipamentos quebrados e sem manutenção (Valencio, 2015).

Já no que se refere à excepcionalidade, o problema é controverso. Quando a autoridade governamental declara emergência, está ela reportando à sociedade, oficialmente, que o contexto vivenciado é excepcional. No entanto, no referido país,

uma parte considerável dos decretos de emergência - dispositivo legal que alude a uma catástrofe que ultrapassou a capacidade de suporte das instituições públicas locais - está associada a eventos de precipitações pluviométricas concentradas ou a secas intensas e seus respectivos efeitos devastadores sobre os territórios. O compósito de danos e/ou destruição abrange a integridade física de indivíduos – mortos, feridos, adoecidos –, seus sistemas de objetos de caráter econômico e extraeconômico e os infrasistemas público, especialmente aqueles relacionados ao saneamento básico, o qual, no Brasil, articula acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. Nas chuvas intensas ou concentradas, comprometidas ficam a integridade de moradias, estabelecimentos públicos, agropecuários, industriais, comerciais e de serviços, desde as suas estruturas físicas aos equipamentos móveis e documentos. Perde-se plantéis de animais variados – bovinos, aves, suínos, caprinos – e plantações de culturas temporárias e permanentes, as últimas mais custosas em tempo de reposição de sua condição produtiva, como a do café e da laranja. Estragados ficam os estoques de alimentos armazenados em silos, supermercados e nas cozinhas residenciais. E, não menos relevante, danificações parciais ou totais ocorrem em instalações ou infrasistemas públicos, como em prefeituras, cartórios, posto de saúde, hospitais, escolas, subestações de energia, sistemas de tratamento e fornecimento de água e captação e tratamento de esgoto, colapsam pontes, estradas e barragens, faltam medicamentos, dentre outras adversidades. No entanto, as estratégias de atenuação das perdas e danos havidos parecem não deixar lições duradoras. Nas secas ou estiagens prolongadas, a falta de água suscita igualmente a perda de rebanhos e plantações, a inutilidade conjuntural de infraestruturas de captação de água e de esgoto, enquanto reduz o acesso à água potável, com cotas limitadas de litros/per capita, fornecidas por meio de carros-pipa, além de haver banalização de práticas de preços abusivos na venda de água envasilhada. Além disso, ficam comprometidas a higienização doméstica e pessoal e aumentados os riscos de propagação de doenças de veiculação hídrica diante a baixa qualidade da água fornecida nessas circunstâncias. Embora cada emergência, como as características acima elencadas, possa estar impregnada de especificidades, que a torna única, a regularidade de sua ocorrência indica não apenas a postergação do enfrentamento institucional e social das questões estruturais como também que essa postergação produz a progressão de um passivo multifacetado – de sucessivas descompensações econômicas, materiais,

ambientais, psicossociais e simbólicas daquela gente afetada – o qual torna relativamente ineficaz as providências graduais que seja tomadas a esse respeito. Muito é deixado para que seja reparado adiante e poucas são as possibilidades institucionais para coaduná-lo com as condições das finanças públicas e da capacidade de absorção das demandas sociais pela máquina pública. Os recursos humanos são insuficientes ou não devidamente capacitados; equipamentos não estão em bom estado de conservação; escasseiam os materiais imprescindíveis para prestar o atendimento devido, dentre outras restrições que, postas todas juntas, tornam a somação de crises agudas numa enorme crise crônica de difícil equacionamento. Catástrofes e crise crônicas contribuem para a produção de uma paisagem citadina fragmentada, cujos infrasistemas – planejados, implantados e gerenciados por setores, empresas, lógicas, técnicas e temporalidades distintas –, ao se sobrepor territorialmente, suscitam interconexões problemáticas à vida cotidiana dos cidadãos (Iossifova *et al.*, 2022).

Se a junção de passivos pontuais, frutos da inoperância de cada gestão governamental específica, culmina em legar aos períodos ditos “de normalidade” uma reiterada exposição socioespacial a eventos ameaçantes – produzindo, como antítese de bem-estar, uma sucessão de estados de emergência –, então, a regularidade como tais passivos são produzidos, gerando efeitos cumulativos, denota a profundidade do processo de vulnerabilização que se entranhou no modelo perverso de desenvolvimento da nação, colocando-a numa crise crônica de habitação, de trabalho e emprego, de saúde, de educação, de saneamento básico, de fome, de segurança pública e por aí vai. Assim, numa metáfora geográfica, poder-se-ia dizer que a produção socioespacial da inexistência no contexto brasileiro tem sido concomitantemente engendrada por picos regulares de destituição, as catástrofes, com intervalos de planícies de privações banalizadas. Ocorre que, a cada gestão pública, as planícies das privações homeopáticas estão cedendo lugar aos picos de destruição e estes, por seu turno, estão sendo, além de mais frequentes, progressivamente mais altos em relação aos anteriores. Daí porque as catástrofes podem ser vistas não apenas como ponto de ruptura, mas ponto de culminância de um persistente projeto econômico e político explorador, opressivo, alienante e desumanizador. Este projeto revela as feições mais cruas da atual fase da acumulação capitalista, de cunho rentista, cujos agentes mantêm-se preservados nos bastidores do poder e, juntamente com outros grandes negócios, apoiam lideranças

carismáticas que, indo ao sabor de suas pulsões narcísicas e, portanto, não-empáticas, pisoteiam as instituições públicas e se sentem suficientemente escudadas para dispensar os pruridos democráticos em sua forma de condução da máquina pública e de se relacionar com os cidadãos rebaixados, amorfos, massas a que Bauman (2001) diria estarem liquidificadas. Por óbvio, a cordilheira de catástrofes que se vai constituindo absorve, reformata e amplia as demais crises.

Por exemplo, no Brasil, a catástrofe da pandemia de Covid-19, relacionada à má-gestão pública que propiciou a propagação de um agente biológico ameaçante, o Sars-Cov-2, amplificou a crise na educação de base, que já era crônica. Crianças e adolescentes das periferias urbanas e zonas rurais não tiveram acesso adequado a equipamentos computacionais ou telefônicos que permitissem o bom seguimento de aulas através de canais virtuais, nem acesso a sinais de internet rápidos e estáveis, pelos quais suas famílias não podiam pagar, tampouco a professores antecipadamente bem treinados para estabelecer relações de ensino-aprendizagem apropriadas no uso de tais recursos (Sartori, 2021). Assim, a soma de equipamentos insuficientes ou inapropriados, de infrasistemas de comunicação mal distribuídos e/ou economicamente inacessíveis e docentes com baixa capacitação em alternativas educacionais formou um passivo de desaprendizagem, termo aqui utilizado não no sentido de abertura para um conhecimento novo, mas no sentido de baixa retenção de conteúdos compartilhados, do que decorreu o abandono das aulas virtuais pelos estudantes mais pobres, da acentuada queda de seu rendimento escolar, do desestímulo destes ao retorno às aulas presenciais quando isso foi autorizado no pós-pandemia e, por fim, do abandono da escola, selando assim um destino com poucas perspectivas de mobilidade social ascendente. Ou seja, a catástrofe, a da pandemia, se foi; porém, a crise crônica da educação, por ela atravessada, avultou-se, exigindo políticas públicas muito mais robustas para superá-la. Talvez, a maior tragédia seja a de caráter civilizatório, quando as crises que repassam umas nas outras vão criando baixas humanas incomensuráveis, seja por morte física como por morte social, como na ilustração acima. Persistindo o estado anômico da sociedade local, com mobilização social pálida, nem as catástrofes serão evitadas e nem crises crônicas o serão, porque as autoridades não se sentirão devidamente cobradas em suas promessas palanque eleitoral, tornando o país uma terra arrasada.



Prevalece, nos variados níveis de poder, um misto de relutância para assimilar o problema das crises contínuas e retroalimentadas e uma constante letargia tecnoburocrática na tomada de providências, desembocando no anúncio de propostas sabidamente tímidas e incapazes de atenuá-las a contento. O anticlímax provocado por tais atitudes políticas induz, na melhor das hipóteses, a apatia social perante os jogos políticos instituídos, o que favorece a continuidade da influência sorrateira de *lobbies* de grandes negócios nas estruturas de poder, sem que haja indignação popular. Na pior das hipóteses, as relações espúrias que o capital estabelece com gestores públicos em troca de benesses adicionais às que os mercados lhes proporcionam degenera em formas atualizadas de violência política, tais como as práticas de assédio eleitoral ocorridas no país do ano de 2022. Centenas de denúncias foram levadas ao Superior Tribunal Eleitoral (STE), e igualmente ao Ministério Público do Trabalho (Poder360, 2022), acerca de um patronato que, alinhado com a ultradireita no poder, restaurou e atualizou práticas de coação aos seus trabalhadores, para que estes, nas urnas, votassem nos candidatos de preferência do primeiro. Isto é, constitui-se no Brasil, um empresariado sob o manto da ultradireita – ou vice-versa – que busca a perenidade da atenção prioritária da gestão pública ao atendimento aos seus interesses particulares, através da captura inescrupulosa daquilo que era, até então, um direito constitucional, inalienável, à liberdade de convicções políticas expressa pelo voto secreto (Brasil, 2015). Vilipêndios como estes denotam o transbordamento de uma crise política para outra, de natureza econômica. Empregados receosos de perderem seus postos de trabalho, num contexto de quase uma dezena de milhões de desempregados, ficam entre a relutância em renunciar ao um dos seus direitos fundamentais de cidadania e a de ser demitido e enfrentar consideráveis percalços de sobrevivência diante a falta imediata de renda e dos riscos de que demais portas de emprego fechar-se-ão quando os potenciais contratantes souberem da sua tendência à insubordinação de consciência. De circunstâncias achapantes como estas, alimentam-se as crises mistas, dando-lhes novos direcionamentos; por vezes, inconcebíveis, torpes e debilitadores da convivência cidadã.

Nessa contramão civilizatória vai-se além, quando uma resignada perda de autonomia política vira apenas apatia, decorrente de um medo difuso, mas este também acabe por respaldar, por omissão, a ressurgência de fantasmas

antidemocráticos; ou ainda, se converte em histriônico clamor de segmentos populares a favor do retorno de regimes autoritários. A fim de estimular tais comportamentos sociais alienados, nos subterrâneos do poder atuam fábricas de *fake news* e, ao nível do solo, lideranças religiosas formulam desconcertantes quadros de referência éticos, que passam a balizar a vida em sociedade, em desconformidade com os preceitos constitucionais. Neles, a sociabilidade corriqueira passa a estar calcada na intolerância ao diferente, permitindo, no varejo, atos de violência física, material e moral extremas cometidos no âmbito das relações interpessoais, e no atacado, sintomas de uma crescente disposição tácita de autoridades para a utilização de força bruta contra os que sinalizam discordância com este estado de coisas.

O intuito de forças políticas de ultradireita de desestabilizar a ordem social democrática foi constatado no decorrer do processo eleitoral nacional do ano de 2022. Naquela ocasião, tais forças promoveram uma arregimentação triangulada entre setores populares, camadas médias da sociedade e militares bolsonaristas, mobilizando-os para respaldarem, em uníssono, o retorno de um governo autoritário através de uma tentativa de golpe de Estado. As ameaças em fazê-lo, partindo da própria autoridade máxima que esteve à frente do Poder Executivo no período de 2019-2022, não primaram pela sutileza e as arregimentações de bastidores discretas. Os sinais políticos dominantes, emitidos sob a penumbra, atuaram como mecanismos intermediários de dissuasão das condutas democráticas, através do fomento a novas camadas de medo envolvendo a sociedade civil. Amedrontada, tornou-se possível aos detentores do poder avançarem em seus exercícios sádicos de assujeitamento do cidadão comum, obrigando-o a recolher-se silenciado. Ou, humilhanamente, a se travestir de apoiador de rupturas democráticas, na esperança de safar-se, evitando que, sobre si, recaíssem suspeições que ameçassem, ainda mais, a sua integridade física, dado a brutalidade dos cultuadores do ódio.

Na berlinda, a sociedade brasileira está lançada. De um lado, os sinais emitidos na penumbra, que visam emudecer os cidadãos, ganham tamanha efetividade que os tornam complacentes e, portanto, coniventes com o desenrolar de crises complexas que aos mesmos descompensam e cujos mandatários, a quem apoiam, contribuem para agravá-las. Na direção oposta, há os cidadãos aviltados tomando tais sinais

como sendo a gota d'água que faltava para desencadear sua forte mobilização em prol de práticas de resiliência radical, promovendo caminhos coletivos de sobrevivência à democracia, à justiça social, ao fortalecimento institucional e, indo adiante, abrindo novas arenas de democracia participativa. A segunda alternativa é a única que pode levar a uma retomada de esforços colaborativos, do nível comunitário ao nível global, para debelar algumas crises e tentar-se equacionar outras tantas, sob um olhar ampliado e conciliatório que os algozes da sociedade, dispersadores de uma cultura do ódio, jamais terão.

## Conclusões

No contexto brasileiro, a ambiguidade constitutiva das catástrofes – qual seja, a de serem, simultaneamente, um ponto de ruptura e um ponto de culminância no modelo de crescimento econômico ali adotado – é uma contradição em termos. O fio da meada para reconhecer-se a existência e consistência dessa dupla faceta é a identificação dos elos entre os processos de vulnerabilização contidos nos tempos ditos “normais” e naqueles em que as autoridades governamentais declaram estado de emergência que, dito de outra forma, é também o entrelaçamento das catástrofes com crises crônicas. Desta conexão, surgem crises complexas, circunstâncias nas quais recrudescem as dificuldades do cidadão para acessar os circuitos institucionais e, estes, em prestar-lhe um atendimento condigno. Portanto, é na direção da clarificação do exercício ininterrupto de vilipêndio alheio – estruturado pela mentalidade local elitista de cunho escravocrata, nunca superada e, ao contrário, espalhada para setores médios da sociedade nacional (Souza, 2019) –, que crises ocorrem e, assim, sacramentam o *modus operandi* assistencialista instrumental à perpetuidade deste tipo de poder concentrado.

Igualmente, dispositivos setoriais que enquadram o saber-fazer do meio sociotécnico podem não se coadunar uns com os outros quando da ocorrência de catástrofes e, assim, impedem que a cooperação logre sucesso, a despeito das urgentes providências que lhes estão sendo requeridas. Esse desalinhamento entre

repertórios culturais institucionais setoriais se estende à sociedade local, quando esta aspira ser ativa no processo de planejamento das ações a serem postas em curso, obliterando-se tal intento.

À medida em que os espaços locais reforçam e aceleram as suas conexões no nível global – seja por meio de mercadorias, dos fluxos financeiros e de dependência energética, como ainda através do trânsito das pessoas e das trocas ecossistêmicas naturais, dos conflitos armados e das ideias –, a insustentabilidade socioeconômica e ambiental mundial aumenta e as instabilidades políticas idem, otimizando as condições para o acionamento de crises transescalares geradores e intensificadoras de catástrofes. Isto é, as ocorrências que se multiplicam e ganham densidade no plano local são simultaneamente reflexo e expressão desta fase agônica do capitalismo e das democracias, produzindo uma verdadeira Era da Incerteza Extrema (Ferguson, 2021), na qual os sistemas políticos e econômicos tentam manter suas velhas certezas à base de uma sucessão de crises que estas provocam, viabilizando lideranças relativamente alheias, insensatas, quando não frontalmente ativas no incremento de ameaças ao meio ambiente e à vida humana e, por fim, retardando as metamorfoses necessárias num rumo de sustentabilidade socioambiental. Deste modo, não é exagero dizer que a produção socioespacial da inexistência humana é, no Brasil, um fenômeno sistemático, derivado da racionalidade extrativa que pauta as suas instituições públicas e que tanto nulifica as condições de exercício das capacidades econômicas de seu povo quanto produz desterritorializações compulsórias recorrentes, a fim de desaglutinar e deslocalizar os sujeitos, no intento de transformá-los em massas anômicas. Isso significa que as políticas traçadas pelas lideranças que assim agem e as dinâmicas de funcionamento da máquina pública que estas controlam seguem reforçando os interesses das elites econômicas e negligentes quanto ao resto (Acemoglu e Robinson, 2012), tal como na desatenção aos cidadãos física, mental e emocionalmente debilitados em catástrofes e descuidos com os infrasistemas públicos, cujos equipamentos e serviços que lhes são indispensáveis falham regularmente.

Cidadãos arruinados em suas capacidades econômicas, em decorrência do misto de crises crônicas e agudas, podem se sentir circunstancialmente inaptos para reagir politicamente. Contudo, a repercussão dessa desvalia na deterioração

de demais aspectos de sua vida social pode também ser o mote para o surgimento de novos atores sociais combativos, que redescubram os sentidos de agência e reajam ao efeito paralisante do medo provocado pelos alçozes sociais, libertando-se de seu estado alienado de servidão voluntária aos mesmos bem como recuperando formulações legais de ordem pública, ou atualizando-as, para nelas trilhar a reconciliação de seu bem-estar com as funções do Estado, em novos marcos de integração ética (Touraine, 2012; Bourdieu, 2014; Bauman e Bordoni, 2016), tudo isso conditio *sine qua non* para a evitação de novos e mais frequentes ciclos de catástrofes.

Como vimos, uma das características sociais fundamentais das catástrofes é, ou deveria ser, a excepcionalidade de sua ocorrência, isto é, um ponto fora da curva da vida regular de uma coletividade. Tamanhas e múltiplas são as perdas e danos coletivos que demarcam o sofrimento social havido e definem tal acontecimento trágico, que exigem a deflagração de um tripé extraordinário – constituído por arcabouços especiais de conhecimentos e saberes, recursos materiais e simbólicos singulares e conjunto de práticas inusuais e colaborativas – para viabilizar, dentro do possível, um novo curso pretendido de uma vida cotidiana salutar. Entretanto, se as catástrofes deixam de ser uma anomalia socioespacial na trajetória de uma coletividade e se tornam ordinárias para ela, isso indica predisposições estruturais para transformá-las em crises sistêmicas, o que simultaneamente provoca corrosões institucionais e dos direitos de cidadania, como tem sido o caso brasileiro, cuja racionalidade governamental dominante é relativamente impermeável a uma sólida intenção de pactuação anticrises constituída por multi-atores.

## Agradecimentos

A autora agradece o honroso convite que recebeu dos Coordenadores da presente obra, Professores Luciano Lourenço e Fátima Velez de Castro, para dela fazer parte, bem como a prestimosa revisão do presente texto feita pelo Mestre Fernando Félix. Agradece, ainda, os apoios científicos recebidos, os quais permitiram compor o conteúdo deste capítulo, a saber: da Fapesp, processo 2017/17224-0; do CNPq, processo 315237/2020-1 e da Royal Society, processo CHLR1\180122.

## Bibliografia

- Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2012). *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. London: Profile books.
- Achselrad, H. (2006). Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, FIBGE, Rio de Janeiro. Acedido em 19 de maio de 2008, em: <https://docplayer.com.br/30665701-Vulnerabilidade-ambiental-processos-e-relacoes-henri-achselrad.html>
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Bauman, Z. & Bordoni, C. (2016). *Estado de Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. (2018). *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Boin A., Ekengren M. & Blondin D. (2015). Building formal and informal institutions to deal with transboundary crises: Lessons for the European Union. *9th Pan-European Conference on International Relations conference*, Naxos Sicily, 24-25.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRASIL – SENADO FEDERAL, COORDENAÇÃO DE EDIÇÕES TÉCNICAS (2015). Constituição da República Federativa do Brasil: Brasil [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal. Acedido em 29 de novembro de 2016, em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88\\_EC85.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf)
- Bullard, R. (2006). Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: Herculano, S., Pacheco, T. *Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: FASE, 126-147.
- Chayes, S. (2015). *Thieves of State: why corruption threatens global security*. New York and London: W. W. Norton & Company.
- Das, V. (1995). *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.
- Das, V. & Poole, D. (2008). El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, 27, 19-52. Acedido em 28 de outubro de 2009, em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n27/n27a02.pdf>
- Douglas, M. (1992). *Risk and blame: essays in cultural theory*. London/New York: Routledge.
- Douglas M. (1998). *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP.
- Dutra, A. S. (2018). *Gestão de desastres e serviço social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Ferguson, N. (2021). *Catástrofe: uma história dos desastres – das guerras às pandemias – e o nosso fracasso em aprender a lidar com eles*. São Paulo: Planeta.
- Fritz, C.E. (1961). ‘Disaster’. In: Merton, R. K., Nisbet, R.A. *Contemporary Social Problems*. Harcourt, New York. 651-694.
- Galbraith, J. K. (1983). *A Era da incerteza – história das ideias econômicas e suas consequências*. São Paulo: Ed. Pioneira.
- Grebogi, C. & Yorke, J. A. (1997). *The impact of chaos on science and society*. Tokyo: United Nations University Press.
- Hewitt, K. (1995). Excluded perspectives in the social construction of disaster. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 13, 3, 317-339. Acedido em 17 de junho de 2007, em: <http://ijmed.org/articles/318/>

- Iossifova, D., Gasparatos, A., Zavos, S., Gamal, Y., Long, Y. (2022). Infrastructuring with care in Cities in the Global South. In: Iossifova, D. et al. *Urban Infrastructuring: Reconfigurations, Transformations and Sustainability in the Global South*. Singapore: Springer, 309-320. Acedido em 22 de julho de 2022, em: <https://link.springer.com/content/pdf/bfm:978-981-16-8352-7/1>
- Iossifova, D., Zavos, S., Gasparatos, A., Valencio, N., Bhide, A., Baltazar, A. P., ... & Ren, Y. (2022). Infrastructuring with Care Care in Cities of the Global South Global South. In *Urban Infrastructuring: Reconfigurations, Transformations and Sustainability in the Global South* (309-319). Singapore: Springer Nature Singapore.
- Jon, I. & Purcell, M. (2018). Radical resilience: autonomous self-management in post-disaster recovery planning and practice. *Planning Theory & Practice*, 19, 2, 235-251. Acedido em 09 de maio de 2019, em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14649357.2018.1458965>
- Kasperson, R. E., Renn, O., Slovic, P., Brown, H. S., Emel, J., Goble, R., ... & Ratick, S. (1988). *The Social Amplification of Risk: A Conceptual Framework*. *Risk Analysis*, 8, 177-187. DOI: <http://doi/dx/10.1111/j.1539-6924.1988.tb01168.x>
- Lindell, M. K. & Perry, R. W. (2004) *Communicating Environmental Risk in Multiethnic Communities*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Quarantelli E. (1998). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London/New York: Routledge.
- Milanez, B., Santos, R. S. P. dos, Wanderley, L. J. de M., Mansur, M. S., Pinto, R. G., Fernandes Gonçalves, R. J. de A., Coelho, T. P. (2015). *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). (Relatório Final, Mimeo e UFJF, Juiz de Fora)*. Acedido em 12 de agosto de 2016, em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-versao-final.pdf>
- Nixon, R. (2011). *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- Oliver-Smith, A. (1998). Global changes and the definition of disaster. In: Quarantelli, E.L. *What is a disaster? Perspectives on the question*. New York: Routledge. 177-194.
- Poder 360 (2022). MPT registra 165 caos de assédio eleitoral em 2002. *Jornal Digital*. Acedido em 12 de outubro de 2022, em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/mpt-registra-169-casos-de-assedio-eleitoral-em-2022/>
- Quarantelli, E. L. (2006). *Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina*. Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social sciences. Social Science Research Council, New York (EUA). Acedido em 22 de março de 2007, em: <http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>
- Quarantelli, E. L. & Dynes, R.R. (1970). Editors Introduction. *American Behavioral Scientist*, 13, 325-330. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/000276427001300302>
- Sartori, J. (2021). Crise vivenciada: dimensões subjetivas das experiências de crianças e adolescentes durante a pandemia da COVID-19. In: Valencio, N. *Crise multifacetada: desafios e modos de enfrentamento*. São Carlos: UFSCar/CPOI, 95-110. Acedido em 01 de outubro de 2022, em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/crise-multifacetada-desafios-e-modos-de-enfrentamento.pdf>
- Sorokin, P. (1942). *Man and Society in Calamity – The Effects of War, Revolution, Famine, Pestilence upon Human Mind, Behavior, Social Organization and Cultural Life*. E.P. Dutton and Company, Inc., New York.
- Sousa Santos, B. (2003). *Pela mão de Alice O Social e o Político na Pós-Modernidade*. (9.a ed) São Paulo: Cortez.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Touraine, A. (2011). *Após a crise*. Petrópolis: Vozes.
- Valencio, N. (2012). *Para além do 'dia do desastre': o caso brasileiro*. Curitiba: Appris.

- Valencio, N. (2015). Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa. *In: Siqueira, A. et al. Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos: RiMa Editora, 79-120. Acedido em 12 de janeiro de 2016, em: [https://www.researchgate.net/publication/312894323\\_Desastres\\_normais\\_das\\_raizes\\_aos\\_rumos\\_de\\_uma\\_dinamica\\_tecnopolitica\\_perversa](https://www.researchgate.net/publication/312894323_Desastres_normais_das_raizes_aos_rumos_de_uma_dinamica_tecnopolitica_perversa)
- Valencio, N. & Valencio, A. (2018). Media coverage of the 'UK flooding crisis? *A social panorama. Disasters*, 42, 407-431. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/disa.12255>
- Velez de Castro, F. & Lourenço, L. (2017). Resiliência, população e território: contributo concetual para a terminologia dos riscos. *Territorium – Revista Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*, 24 “Multidisciplinaridade na análise das manifestações de risco”. Editores: RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; IUC – Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN: 0872-8941, 5-13. DOI: [https://doi.org/10.14195/1647-7723\\_24\\_1](https://doi.org/10.14195/1647-7723_24_1)
- Zhour, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., & Santos, A. F (2016). O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, 68, 36-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>



## CONCLUSÃO

**Fátima Velez de Castro**

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)  
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo  
ORCID: 0000-0003-3927-0748      velezcastro@fl.uc.pt

A interdisciplinaridade que caracteriza esta obra, permitiu uma leitura dos “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”, com base em visões epistemológicas, metodológicas e analíticas diferenciadas. Sendo esse o espírito da RISCOS, pretendeu-se induzir nas leitoras e nos leitores, inquietações que fazem parte dos territórios vividos por populações expostas a potenciais situações de risco e catástrofe. Nesse sentido, pode-se assumir a existência de quatro grandes núcleos de conteúdos neste livro.

O primeiro diz respeito à relação bidirecional entre a questão da pobreza e do conflito, assim como a discussão estabelecida em torno do estabelecimento do que se entende ser o perfil das denominadas populações vulneráveis. Para isso, tenta-se estabelecer quadros de compreensão da vulnerabilidade como fenómeno social, associada a determinados contextos físicos e humanos de fragilidade. O segundo núcleo de conteúdo entreliga a problemática do risco, da vulnerabilidade, e da catástrofe e das medidas compensatórias, dando a conhecer visões diferenciadas a partir do direito, da sociologia, da economia e das finanças (seguradoras). O terceiro refere-se à realidade portuguesa, tendo em conta casos particulares que estão na ordem do dia, no que concerne à discussão pública de temas urgentes como os incêndios florestais, a gentrificação e turistificação de áreas urbanas, e participação cívica. Por último o quarto núcleo de conteúdos versa a realidade da América Latina, em especial da Colômbia e do Brasil, discutindo-se a temática da vulnerabilidade em grupos populacionais particulares, como é o caso das mulheres afrodescendentes, catadoras e catadores de lixo, trabalhadoras e trabalhadoras rurais e contextos sociais de pobreza.

A partir das conclusões e recomendações inerentes a todos os trabalhos aqui apresentados, pretende-se continuar a desenvolver investigação na área dos riscos antrópicos, em especial na dimensão social, ligando a Academia, os Operacionais, a Sociedade e a Escola, numa lógica contributiva não só para a compreensão, como também para a prevenção e mitigação de contextos de risco.

(Página deixada propositadamente em branco)

**SÉRIE**  
**RISCOS E CATÁSTROFES**

**Títulos Publicados:**

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspetiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos;*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis.*

**Tomos em preparação:**

- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Os Riscos e a Energia;*
- 14 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 15 *Riscos antrópicos e geopolítica.*

(Página deixada propositadamente em branco)



*RISCOS*  
E CATÁSTROFES



**I|U** **IMPRENSA DA**  
**UNIVERSIDADE**  
**DE COIMBRA**  
**COIMBRA UNIVERSITY PRESS**